
O HISTORIADOR PERANTE A HISTÓRIA OFICIAL¹

EL HISTORIADOR ANTE LA HISTORIA OFICIAL

THE HISTORIAN REGARDING OFFICIAL HISTORY

Anita Leocadia Prestes²

Resumo: Neste texto, aborda-se a questão de qual deve ser a postura do historiador diante da História Oficial – aquela elaboração histórica que convém aos grupos dominantes na sociedade e que se encontra consagrada e difundida principalmente nos livros escolares e na mídia. Afirma-se que o marxismo é a opção teórica que melhor consegue explicar racionalmente o funcionamento das sociedades humanas, principalmente na época atual. Ressalta-se o papel dos intelectuais – e, em particular, dos historiadores e professores de História – junto aos movimentos populares, mas principalmente nas escolas, nas salas de aula e no trabalho de pesquisa histórica, no sentido de formar jovens questionadores, cidadãos que não aceitem o consenso dominante, que estejam dispostos a se contrapor à hegemonia dos setores dominantes.

Palavras-chave: Historiador. História Oficial. Marxismo. Intelectual orgânico. Sociedade civil.

Resumen: En este texto, se aborda la cuestión de cuál debe ser la actitud del historiador ante la Historia Oficial, aquella elaboración histórica que conviene a los grupos dominantes en la sociedad y que se encuentra consagrada y difundida principalmente en los libros escolares y en los medios. Se afirma que el marxismo es la opción teórica que mejor logra explicar racionalmente el funcionamiento de las sociedades humanas, principalmente en la época actual. Se enfatiza el papel de los intelectuales – y, en particular, de los historiadores y de los profesores de Historia – junto a los movimientos populares, pero principalmente en las escuelas, en las clases y en el trabajo de investigación histórica, con el objetivo de formar jóvenes cuestionadores, ciudadanos que no acepten el consenso dominante, que estén dispuestos a oponerse a la hegemonía de los sectores dominantes.

Palabras-clave: Historiador. Historia Oficial. Marxismo. Intelectual orgánico. Sociedad civil.

Abstract: We address the question of which should be the posture of a historian with respect to Official History – that historical elaboration that is convenient to the dominant groups of society, and that is found endorsed and disseminated mainly in school books and the media. We affirm that Marxism is the theoretical option that is able to better rationally explain the functioning of human societies, especially at the present time. The role of intellectuals is especially considered – and, in particular, that of historians and History teachers – in popular movements, but mainly in schools, classrooms and in History research, with the scope of forming questioning young people, citizens that will not accept the dominant consensus, that are willing to counteract the hegemony of the dominant sectors.

Key-words: Historian. Official History. Marxism. Organic intellectual. Civil society.

Como é sabido, não existe História neutra ou História que seja uma mera reprodução dos fatos ocorridos em determinado momento histórico. Tal era, entretanto, a postura tradicional dos historiadores positivistas. Na verdade, o fato histórico é sempre uma escolha do historiador, um recorte feito por ele e que reflete sua subjetividade, seu posicionamento diante do mundo e daquela realidade que está sendo por

ele descrita. Não há duas narrativas de um mesmo acontecimento que sejam iguais ou coincidentes. A História é uma construção, construção esta que pode ter maior ou menor compromisso com a evidência, mas na qual existe sempre uma carga indiscutível de subjetividade.

Numa sociedade atravessada, e movida, por conflitos sociais, ou seja, numa sociedade onde há explorados e exploradores, onde há, portanto, classes antagônicas, a História é sempre uma construção que reflete os interesses dos grupos sociais dominantes, que controlam os meios de comunicação. Em outras palavras, a História é uma construção das classes sociais que detêm o poder e os meios de comunicação. E isso é verdade, mesmo quando tal situação é mascarada, não estando explicitada, quando ela não é evidente.

Por isso mesmo, o historiador, aquele que se propõe a compreender e explicar os fenômenos que têm lugar nas sociedades humanas, precisa ser um questionador, uma vez que ele, sendo um personagem do seu tempo, inserido em determinada sociedade de uma determinada época, não é nem pode ser neutro. No máximo, conseguirá manter uma neutralidade aparente.

Qual deve ser, pois, a postura do historiador diante da *História Oficial* - aquela elaboração histórica que convém aos grupos dominantes na sociedade e que se encontra consagrada e difundida principalmente nos livros escolares e na mídia? Tanto o historiador quanto o professor de História, no mundo de hoje, e, em particular no Brasil, diante de cada versão ou construção concreta apresentada pela História Oficial, tem que se posicionar, tem que se definir ideológica e politicamente. E se não o fizer conscientemente, estará na prática aceitando de maneira acrítica os postulados dessa História Oficial, que nos é imposta pelos donos do poder.

A partir de quais postulados teóricos será possível alcançar tal posicionamento ideológico e político? A diversidade de opções é enorme, desde o liberalismo clássico até as concepções de cunho autoritário ou fascista. No meu entender, é o *marxismo* que melhor consegue responder aos grandes problemas enfrentados pela humanidade, que melhor consegue *explicar racionalmente* o funcionamento das sociedades humanas, principalmente na época atual, período pós Era dos Extremos, segundo a expressão cunhada por Eric Hobsbawm (1995).

Vale lembrar que o grande historiador francês Pierre Vilar escreveu que é necessário encontrar “no espaço e no tempo, o marco legítimo de modelo estrutural utilizável em história” e concluiu que “até o momento, o melhor marco parece ser o proposto por Marx: a noção de *‘modo de produção’*”. Segundo Vilar (1982, p. 67), “um modo de produção é uma estrutura que expressa um tipo de realidade social total”, é o modelo capaz de assegurar uma explicação racional do funcionamento das sociedades humanas. A meu ver, a partir desse modelo é possível aproximar-se de uma explicação científica das sociedades humanas.

Marx e Engels, os pais fundadores da teoria marxista, abriram caminho para que a História se tornasse uma “ciência em construção”, nas palavras de Pierre Vilar (1979, p. 146-178), para que conceitos como *classe*, *luta de classes* e *Estado* adquirissem caráter científico. Se Lênin desenvolvera a teoria marxista na época do imperialismo e nas condições de um país atrasado como a Rússia czarista, coube ao filósofo e

dirigente revolucionário italiano Antônio Gramsci um papel extraordinário no que diz respeito à teorização do Estado, do poder e da política, numa situação diferente, existente no Ocidente europeu no primeiro pós-guerra. Tendo por base o conceito de *hegemonia*, elaborado e amplamente utilizado por Lênin, em particular em sua obra *O Estado e a Revolução* (LENIN, 1960, p. 291-389), Gramsci o viria a desenvolver de forma criativa.

Torna-se, pois, indispensável abordar a teoria gramsciana do “Estado ampliado”. Segundo Christine Buci-Glucksmann (1976, p. 65), “a ampliação do conceito de Estado” constitui a maior contribuição teórico-política de Gramsci.

Em que sentido podemos falar em “ampliação” do conceito de Estado por parte do filósofo italiano? De acordo com Guido Liguori, em duas direções principais:

1ª direção) Sem invalidar a tese marxista da determinação “em última instância” do Estado e da política pelos fatores econômicos, Gramsci percebeu a presença de uma nova relação entre política e economia como um dos traços peculiares do século XX. Em outras palavras, destacou a importância dos fenômenos relacionados com a *autonomia relativa* do Estado e da política, dentre os quais o fascismo adquiriria grande destaque. (LIGUORI, 2007 p. 13-14).

2ª direção) A compreensão da nova relação entre “*sociedade política*” e “*sociedade civil*” (entendida esta como “lugar de consenso”), a que Gramsci chega formulando sua teoria da *hegemonia*. É uma relação – entre sociedade política e sociedade civil – que, segundo este autor, começa a mudar já no século XIX, para afirmar-se plenamente no século XX. Tal mudança é expressa pela metáfora espacial “Oriente-Ocidente”, segundo a qual a Rússia seria o “Oriente” e a Europa Ocidental, o “Ocidente” (LIGUORI, 2007, p. 14). No Oriente a sociedade civil seria débil, pouco desenvolvida, se comparada com a robustez da mesma no Ocidente.

Devo lembrar que, para Gramsci, o Estado pode ser examinado em dois grandes níveis: o que ele denomina de *sociedade civil*, isto é, o conjunto dos organismos vulgarmente chamados “privados”; e o da *sociedade política* ou Estado propriamente dito. A *sociedade civil* corresponde à função hegemônica que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e a *sociedade política* à função de dominação direta ou de comando que se exprime no Estado e no governo “jurídico” (GRAMSCI, 2001, p. 20-21). Na sociedade civil se elaboram as concepções do mundo, as ideologias e todas as atividades mais ou menos intelectuais pelas quais se amalgamam as diversas formas do consenso social, desde os jornais até os organismos religiosos ou escolares. Na sociedade civil se elabora o *consenso* em torno dos interesses dominantes na sociedade, tem lugar a *hegemonia* da classe dominante, que é transmitida e difundida junto aos grupos subalternos (GRAMSCI, 2001).

Resumindo, podemos afirmar que, segundo Gramsci, não existe uma separação orgânica entre *sociedade civil* e *sociedade política*. Tal separação é apenas metodológica. O importante é compreender que toda classe dominante exerce a dominação através da *coerção* (cujos aparelhos fazem parte da sociedade política) e também do *consenso* e da *hegemonia* (produzidos na *sociedade civil*). É na sociedade civil que tem lugar a luta ideológica entre diversas concepções do mundo, ou melhor, entre as ideologias dos grupos dominantes e

as dos setores dominados e explorados. Para Gramsci, a sociedade civil é atravessada e movida pelas lutas de classes, tese oposta à de ideólogos burgueses, como é o caso de Norberto Bobbio, para quem a sociedade civil seria o lugar do *consenso*, compreendido por este autor como *entendimento*, numa concepção de caráter liberal, segundo a qual não existiriam interesses antagônicos em choque (LIGUORI, 2007, p. 39-41).

É na sociedade civil que, de acordo com Gramsci, atuam os *intelectuais orgânicos*, aqueles intelectuais que expressam consciente ou inconscientemente os interesses dos diferentes grupos sociais existentes em cada sociedade. Segundo Gramsci, cada classe gera seus *intelectuais orgânicos*, ou produtores culturais, que atuam na *sociedade civil*, representando os interesses dos grupos dominantes nessa sociedade, e contribuem para que seja assegurada, através do consenso, a hegemonia desses setores. Para haver hegemonia, é necessário que haja aceitação e adesão dos setores subalternos ou dominados.

Voltando à produção da *História Oficial*, entendo que ela é construída pelos donos do poder (as classes dominantes), ou, segundo A. Gramsci, pelos seus *intelectuais orgânicos*. Em outras palavras, a História Oficial é expressão da ideologia dominante, ou seja, dos interesses das classes dominantes numa determinada sociedade dividida em classes antagônicas.

Por isso mesmo, a História Oficial freqüentemente não atende ao compromisso do historiador com a *evidência*. Nas palavras de E. Hobsbawm, ao criticar o irracionalismo “pós-moderno”: “[...] é essencial que os historiadores defendam o fundamento de sua disciplina: a supremacia da *evidência* [...]. Se a história é uma arte imaginativa, é uma arte que não inventa, mas organiza objetos encontrados” (HOBSBAWM, 1998, p. 286-287, grifo nosso).

Nos dias de hoje, a meu ver, a *luta ideológica* é a principal forma da luta de classes, que não deixará de existir enquanto perdurarem o capitalismo e a exploração do homem pelo homem. (A violência, ou coerção, estará sempre presente, como a Espada de Dâmocles, quando necessária na manutenção do poder.) As classes dominantes buscam a *hegemonia através do consenso*. Mas, quando necessário, apelam para a coerção.

Eis a razão por que a elaboração da *História Oficial* adquire uma importância crescente nas sociedades contemporâneas. Trata-se de proclamar e difundir *as vitórias e os sucessos* alcançados pelos donos do poder, de hoje e do passado, nos permanentes conflitos sociais presentes na história mundial. Trata-se de consagrar o capitalismo. Em contrapartida, os ideais e as lutas dos setores, que não obtiveram êxito em seus propósitos revolucionários e transformadores e, muitas vezes, sofreram duras derrotas, são, segundo a lógica da História Oficial, *esquecidos, silenciados, deturpados e combatidos*. Em nossas sociedades contemporâneas, são os *intelectuais orgânicos*, comprometidos com a burguesia que cumprem a função de produzir tal História Oficial. Dessa forma, são consagradas inúmeras *deformações* históricas, inúmeras inverdades históricas e silenciados numerosos acontecimentos que não são do interesse dos setores dominantes que sejam do conhecimento da grande maioria das pessoas e, em particular, das novas gerações.

Entretanto, a hegemonia das classes dominantes nunca é absoluta, pois a exploração capitalista e o agravamento dos conflitos sociais levam ao surgimento de *intelectuais orgânicos* comprometidos com os interesses dos trabalhadores, dos explorados e oprimidos. O grande historiador inglês E. P. Thompson escreve: “não posso aceitar a opinião [...] de que a hegemonia imponha um domínio total sobre os governados – ou sobre todos aqueles que não são intelectuais – que atinge até mesmo o limite de sua experiência, e implanta em seus espíritos desde o seu nascimento categorias de subordinação, das quais são incapazes de libertar-se e, para cuja correção, sua experiência resulta impotente” (THOMPSON, 1984, p. 60).

Observação fundamental para quem, como nós, quer contribuir para a construção de uma outra História, uma História comprometida com a *evidência*, uma História que possa, portanto, ajudar na construção de uma outra *hegemonia* – ou dito de outra maneira, na construção de uma *contra-hegemonia* –, ou seja, na elaboração de propostas libertadoras e de emancipação da grande maioria dos homens e mulheres explorados, oprimidos e subordinados na sociedade capitalista em que vivemos. O historiador comprometido com tal proposta – e também o professor de História, responsável pela formação das novas gerações – poderá transformar-se num *intelectual orgânico* a serviço dos interesses populares, dos interesses da maioria do povo brasileiro, se estiver atento para a postura militante que deve assumir diante da História Oficial, produzida pelos intelectuais orgânicos comprometidos com a burguesia.

Nesse esforço, parece-me importante resgatar a memória daqueles que lutaram por justiça social, mas não conseguiram alcançar a *vitória*, deixando, entretanto um legado importante para as gerações subseqüentes. A respeito, gostaria de citar dois autores – o poeta francês e resistente durante a ocupação nazista da França, Paul Eluard e o intelectual inglês do final do séc. XIX, William Morris.

Paul Eluard (apud FONTANA, 2004, p. 490): “Ainda que não tivesse tido, em toda minha vida, mais do que um único momento de esperança, teria travado este combate. Inclusive, se hei de perdê-lo, outros o ganharão. Todos os outros”.

William Morris (apud FONTANA, 2004, p. 490): “A Comuna de Paris não é senão um elo na luta que teve lugar ao longo da história dos oprimidos contra os opressores; e, sem todas as derrotas do passado, não teríamos a esperança de uma vitória final”.

Concluindo, gostaria de destacar o papel dos intelectuais – e, em particular, dos historiadores e professores de História – junto aos movimentos populares, mas principalmente nas escolas, nas salas de aula e no trabalho de pesquisa histórica, no sentido de formar jovens questionadores, cidadãos que não aceitem o consenso dominante, que estejam dispostos a se contrapor à hegemonia dos setores dominantes. Aos intelectuais comprometidos com os interesses populares cabe a missão de contribuir para a formação tanto de militantes combativos quanto de lideranças orientadas para uma perspectiva de elaboração de uma alternativa de emancipação social para nosso povo, perspectiva que, a meu ver, só poderá ser socialista. Mas um socialismo que não seja “nem cópia nem decalque, mas sim criação heróica” do nosso povo, nas palavras de um grande revolucionário latino-americano – José Carlos Mariátegui (2008, p. 153).

Referências:

- BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e lo statuto*: per una teoria materialistica della filosofia. Roma: Riuniti, 1976.
- FONTANA, J. *A história dos homens*. Bauru: EdUSC, 2004.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.
- HOBBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LENIN, V. I. *Obras escogidas em tres tomos*. Moscú: Progreso, 1960. v. 2.
- LIGUORI, G. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Escritos fundamentales*. Buenos Aires: Acercádonos, 2008.
- THOMPSON, E. P. *Tradición, revueta y consciéncia de clase; estúdios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Crítica, 1984.
- VILAR, P. História marxista, história em construção. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Ed.). *História: novos problemas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Alves, 1979. p. 146-178.
- _____. *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*. Barcelona: Crítica, 1982.
-

Notas

¹Aula Magna proferida no Departamento de História da UFRJ em agosto de 2009.

²Bolsista de Produtividade do CNPq, categoria 1C; doutora pela UFF e professora do Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ. E-mail: anitaprestes@ifcs.ufrj.br